



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

28

PROCESSO Req. de 8.12.2003 (PB-416/2004)
PARECER 1120/2004
INTERESSADO KAZUE KAWATA
ASSUNTO **LICENÇA-PRÊMIO.** Funcionária aposentada ocupante de cargo em comissão. Inexistência de óbice legal ao cômputo de tempo de serviço prestado pelo aposentado no cargo (ou função) em que se aposentou no serviço público estadual, para perfazimento de quinquênio aquisitivo de licença-prêmio a ser gozada em outro cargo público. Diretriz traçada no despacho governamental publicado no DOE de 16/10/2001. Impossibilidade de fruição dos períodos de licença-prêmio concedidos no cargo efetivo. O rompimento do vínculo funcional importa na perda de vantagens conquistadas em decorrência dele, que não poderão renascer em outro vínculo. Matéria de interesse geral da Administração. Proposta de oitiva da Procuradoria Administrativa (LC nº 478/86, art. 21, I).

1. O Departamento de Recursos Humanos da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho informou que Kazue Kawata, Assistente de Planejamento e Controle III do SQC-I do Quadro daquela Secretaria solicitou o gozo de 30 (trinta) dias de licença-prêmio, referentes ao período aquisitivo de 01/05/1977 a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

29

31/07/1978 e de 05/10/1988 a 03/07/1992. Esclareceu que este bloco de licença-prêmio foi adquirido antes de sua aposentadoria, ocorrida em 09/11/1998 (fls. 01/02).

2. Constan dos autos os seguintes documentos:

a) certidão nº 244/96 informando a averbação de dois blocos de licença-prêmio: de 02/05/1972 a 30/04/1977, dos quais foram requeridos 45 (quarenta e cinco) dias em pecúnia e de 01/05/1977 a 31/07/1978 e de 05/10/1988 a 03/07/1992, tendo sido usufruídos 30 (trinta) dias (fl. 7);

b) comunicado publicado no DOE de 06/08/1994 certificando que a interessada gozou 30 (trinta) dias de licença-prêmio, referente ao período de 01/05/1977 a 31/07/1978 e de 05/10/1988 a 03/07/1992, a partir de 09/08/1994 (fl. 09);

c) averbação de 90 (noventa) dias de licença-prêmio referente ao período de 04/07/1992 a 02/07/1997 (fl. 12);

d) autorização publicada no DOE de 04/09/1998 para o gozo de 30 (trinta) dias de licença-prêmio, referente ao período de 04/07/1992 a 02/07/1997 (fl. 11);

e) comunicado atestando que a interessada gozou 30 (trinta) dias de licença-prêmio referente ao período de 04/07/1992 a 02/07/1997 (fl. 14);

f) averbação de 90 (noventa) dias de licença-prêmio referente ao período de 02/07/1997 a 30/06/2002 (fl. 15);



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

30

g) comunicado certificando o gozo de 30 (trinta) dias de licença-prêmio referente ao período de 02/07/1997 a 30/06/2002, a partir de 30/10/2003 (fl. 17);

h) requerimento da interessada, datado de 08/10/2003, solicitando o gozo de 30 (trinta) dias de licença-prêmio referente ao período de 01/05/1977 a 31/07/1978 e de 05/10/1988 a 03/07/1992 (fl. 20);

3. O Departamento de Recursos Humanos da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho formulou duas questões, considerando que a interessada aposentou-se em 19/11/1998: a) viabilidade de autorização do gozo de 30 (trinta) dias de licença-prêmio, referentes ao período de 01/05/1977 a 31/07/1978 e de 05/10/1988 a 03/07/1992; e, b) possibilidade de concessão de licença-prêmio do período de 02/07/1997 a 30/06/2002 (fl. 21).

4. A Unidade Central de Recursos Humanos asseverou que o Despacho Normativo exarado pelo Governador do Estado no Processo COESPE-26/99, publicado no DOE de 16/10/2001, declarou não haver óbice legal ao cômputo de tempo de serviço prestado pelo aposentado no cargo (ou função) em que se aposentou no serviço público estadual, para perfazimento de quinquênio aquisitivo de licença-prêmio a ser gozada em outro cargo público. Em face desta diretriz concluiu ser viável a concessão e o gozo de licença-prêmio, relativa ao período de 02/07/1997 a 30/06/2002. Quanto ao gozo, opinou pela viabilidade, com relação ao período de 04/07/1992 a 01/07/1997, eis que a interessada já ocupava cargo em comissão. Com referência ao período de 01/05/1977 a 31/07/1978 e de 05/10/1988 a 03/07/1992 entendeu ser inviável a fruição do período de licença-prêmio restante (60 dias) – fls. 22/24.

5. Relatados. Opinamos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

31

6. O despacho exarado no Processo COESPE-26/99-SAP¹, publicado no DOE de 16/10/2001, assentou a questão da viabilidade do cômputo do tempo de serviço prestado pelo aposentado no cargo (ou função) em que se aposentou para viabilizar a concessão da licença-prêmio, nos seguintes termos:

“Diante dos elementos de instrução que dos autos constam, destacando-se o aditamento apostado pelo Procurador do Estado Assessor Chefe, da Assessoria Jurídica do Governo, ao Parecer nº 1231/2001, do referido órgão técnico especializado, declaro que fica mantido o Despacho Normativo de 03 de abril de 1974, publicado no dia seguinte, na parte em que se reconheceu não haver óbice legal ao cômputo do tempo de serviço prestado pelo aposentado no cargo (ou função) em que se aposentou no serviço público estadual, para perfazimento do quinquênio aquisitivo de licença-prêmio a ser gozada em decorrência de nova investidura em cargo público estadual.”

7. Consta dos autos informação de que a interessada foi nomeada para exercer cargo em comissão em 1993. Em 17/11/1998, aposentou-se no cargo efetivo e continuou a exercer o cargo em comissão ininterruptamente (fl. 05).

8. Em face do despacho governamental transcrito no item 06, é viável a concessão de licença-prêmio, referente ao período de 02/07/1997 a 30/06/2002, computando tempo de serviço prestado no cargo efetivo, no qual a servidora se aposentou acrescido do tempo de serviço relativo ao cargo em comissão.

9. Logo, é legal o ato de averbação da licença-prêmio, referente ao período de 02/07/1997 a 30/06/2002, publicado no DOE de 24/07/2002 (fl. 15). Denote-se que a interessada já gozou 30 (trinta) dias de licença-

¹ Processo COESPE-26/99-SAP, interessado: Nair dos Santos Machado.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

32/

prêmio, relativos a este bloco, a partir de 30/10/2003, conforme despacho autorizando a fruição do benefício, publicado em 29/10/2003 (fl. 17).

10. A situação funcional da interessada, com relação às licenças-prêmio, pelo que se depreende dos autos, é a seguinte: a) período de 01/05/1977 a 31/07/1978 e de 05/10/1988 a 03/07/1992, concedido por ato publicado no DOE 06/08/1994, gozo de 30 (trinta) dias, a partir de 09/08/1994 autorizado por despacho publicado no DOE de 06/08/1994, restando um saldo de 60 (sessenta) dias (fls. 06 e 09); b) período de 04/07/1992 a 02/07/1997, concedido por ato publicado no DOE de 30/08/1997, gozo de 30 (trinta) dias, a partir de 10/09/1998, autorizado por despacho publicado no DOE de 04/09/1998, restando um saldo de 60 (sessenta) dias (fls. 11/12 e 14); e c) período de 02/07/1997 a 30/06/2002, concedido por ato publicado no DOE de 24/07/2002, gozo de 30 (trinta) dias, a partir de 30/10/2003, autorizado por despacho publicado no DOE de 29/10/2003, restando um saldo de 60 (sessenta) dias (fls. 15 e 17).

11. A outra dúvida a ser dirimida, refere-se à possibilidade de gozo dos períodos de licença-prêmio concedidos anteriormente à aposentadoria. Esta hipótese não cuida da contagem de tempo tratada no despacho transcrito no item 06, mas sim, da viabilidade de transportar um benefício de um vínculo funcional para outro, ou seja, de fruir um benefício concedido sob a égide de um vínculo em outro.

12. A licença-prêmio é um benefício concedido ao funcionário pela sua assiduidade e bom comportamento, tanto assim que sua outorga depende de cinco anos de efetivo exercício ininterrupto e ausência de penalidade. Não há qualquer dispositivo legal que permita a fruição deste benefício em outro vínculo funcional. Ao contrário, o legislador fixou um prazo determinado para o gozo da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

32

licença-prêmio² demonstrando a clara intenção de obrigar o funcionário a gozá-la prontamente.

13. Como anotado no aditamento apostado pela Chefia desta Assessoria ao Parecer AJG nº 1231/2001 "a aposentadoria rompe o vínculo-administrativo-funcional" e a nomeação para outro cargo, não tem o condão de agregar benefícios trazidos do cargo no qual ocorreu a aposentadoria. O rompimento do vínculo funcional importa na perda de vantagens conquistadas em decorrência dele, que não poderão renascer em outro vínculo. Este tem sido o entendimento desta Assessoria ao manifestar-se pela inviabilidade de restabelecimento de gratificação incorporada quando ocorre o rompimento do vínculo funcional. Nesse sentido, os Pareceres AJG nºs. 728/2001, 26/2000, 410/1998, 748/1996 e 1330/1996.

14. Entretanto, o caso vertente apresenta nuances que devem ser analisadas. A interessada foi nomeada para exercer o cargo em comissão de Assistente de Planejamento e Controle III em 1993 e permanece exercendo este cargo atualmente. Assim, os períodos de licença-prêmio adquiridos durante o exercício do cargo em comissão poderão ser gozados, independente da sua aposentadoria em 1998. Isto porque, não há que se cogitar em interrupção de vínculo quanto ao cargo em comissão, considerando que a interessada aposentou-se no cargo Agente de Administração Pública. A ruptura (com o advento da aposentadoria) ocorreu no cargo efetivo; o exercício do cargo em comissão não foi interrompido.

15. Logo, a interessada poderá gozar os períodos de licença-prêmio referentes aos períodos 04/07/1992 a 02/07/1997 e de 02/07/1997 a 30/06/2002, adquiridos durante o exercício do cargo em comissão de Assistente de Planejamento e Controle III. A licença-prêmio referente ao período de 01/05/1977 a 31/07/1978 e de 05/10/1988 a 03/07/1992 adquirida no cargo efetivo de Agente de

² O artigo 213 do Estatuto, com a redação dada pela LC nº 857, de 20/05/1999, determinou que a licença-prêmio deve ser usufruída em 04 (quatro) anos e 09 (nove) meses, a contar do término do período aquisitivo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

34

Administração Publica, no qual a interessada se aposentou, não poderá ser usufruída, em razão do rompimento do vínculo.

16. Com estas ponderações, tratando-se de matéria de interesse geral da Administração, propomos o encaminhamento deste expediente à Procuradoria Geral do Estado, ex vi do disposto no artigo 21, inciso I da Lei Complementar nº 478, de 18/07/1986.

ASSESSORIA JURÍDICA DO GOVERNO, 7 de julho de 2004.

[Assinatura manuscrita]

MARIA CHRISTINA TIBIRIÇÁ BAHBOUTH
Procuradora do Estado Assessora

P1120/2004/MCTB/rc



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO


35

PROCESSO Req. de 8.12.2003 (PB-416/2004)
INTERESSADO KAZUE KAWATA
ASSUNTO LICENÇA-PRÊMIO.

Aprovo a proposta exarada no parecer retro no sentido de que o tema em debate seja submetido a exame da douda Procuradoria Administrativa, eis que se reveste de cunho de interesse geral para a Administração.

Encaminhem-se à Procuradoria Geral do Estado, por intermédio da Chefia de Gabinete.

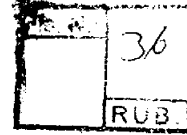
ASSESSORIA JURÍDICA DO GOVERNO, 7 de julho de 2004.


LUIZ JUSTO SEVERO TORDINO
Procurador do Estado Assessor Chefe
Substituto

P1120/2004/LJST/deb




GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL
Chefia de Gabinete



EXPEDIENTE :- REQUERIMENTO DE 08.12.2003 – (PB-0000416/04)
INTERESSADO :- DEPARTAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DA SEC.DO
EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO – KAZUE KAWATA
ASSUNTO :- Licença-Prêmio. Ocupante de cargo em Comissão. Requer blocos
de licença-prêmio adquiridos antes de sua aposentadoria.

À vista do Parecer nº 1120/2004 da Assessoria
Jurídica do Governo, juntado às fls.28/34, aprovado por sua Chefia
conforme despacho de fls. 35, encaminhe-se, conforme proposto, à
Procuradoria Geral do Estado, para exame da Procuradoria
Administrativa, por tratar-se de matéria de interesse Geral da
Administração.

CHEFIA DE GABINETE DA CASA CIVIL, aos
14 de julho de 2004.



JOÃO GERMANO BÖTTCHER FILHO
CHEFE DE GABINETE



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

1537
100

GABINETE DO PROCURADOR GERAL

Processo: Exp. GCG nº 416/04-PB - (GDOC-16847-353365/04)

Interessado: KAZUE KAWATA

Assunto: Ocupante de cargo em comissão requer blocos de licença prêmio adquiridos antes da aposentadoria.

empm/

Encaminhe-se à douta Procuradoria Administrativa, para exame e parecer.

Subg.-Cons., 22 de julho de 2004.

Uma assinatura manuscrita em tinta preta, aparentemente de uma mulher, com traços fluidos e uma longa horizontal no final.

ANADIL ABUJABRA AMORIM
PROCURADORA DO ESTADO-ASSESSORA
RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA
SUBPROCURADORIA GERAL DO ESTADO
ÁREA DE CONSULTORIA



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

PROCESSO: EXP. PB. N. 416/2004

INTERESSADA: KAZUE KAWATA

ASSUNTO: LICENÇA-PRÊMIO. Funcionária ocupante de cargo em comissão. Pretensão de gozo referente a período de licença-prêmio do cargo efetivo. Aposentadoria. Rompimento de vínculo funcional encerra também fim das vantagens conquistadas em decorrência dele, que não podem ser aproveitadas em novo vínculo.

PARECER PA N. 278/2004

1. Trata-se de pedido de licença-prêmio formulado pela interessada (fls. 20), Agente de Administração Pública, aposentada, da Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar social, nomeada em 3 de junho de 1993 para exercer o cargo em comissão de Assistente de Planejamento Setorial – GPS da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, para fruição de 30 dias referente aos períodos aquisitivos de 1º de maio de 1977 a 31 de julho de 1978 e de 05 de outubro de 1988 a 03 de julho de 1992, conforme publicação no Diário Oficial de 30 de novembro de 1993.

2. O Departamento de Recursos Humanos da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho questiona a concessão do pedido, tendo em vista que a interessada aposentou-se em 19 de novembro de 1998 (fls. 1/2 ou em 17.11.98 – fls. 5), opinando, porém, a Diretora do Departamento e a Chefia da Pasta

1
[Signature]



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

pela concessão em face do Despacho Normativo do Governador n. 7, publicado no Diário Oficial de 8 de março de 1986 (fls. 21 e 19).

3. Consultada a Unidade Central de Recursos Humanos, esta se manifestou pelo indeferimento do pedido, acrescentando que os blocos referentes aos períodos de 4/7/92 a 01/7/97 (fls. 10 e 12), publicado em 30/8/97, e de 2/7/97 a 30/6/02, publicado em 24/7/02 (fls. 15), poderão ser objeto de obtenção e gozo de licença-prêmio diante do Despacho Normativo do Governador exarado no Processo COESPE-26/99, publicado no Diário Oficial do Estado de 16 de outubro de 2001 (fls. 22/24).

4. A Assessoria Jurídica do Governo opina pela fruição dos períodos de 04/07/1992 a 02/07/1997 e de 02/07/1997 a 30/06/2002, pois adquiridos durante o exercício do cargo em comissão, e pelo indeferimento do período referente a 1º/5/1977 a 31/07/1978 e de 05/10/1988 a 03/07/1992, porque houve rompimento do vínculo decorrente da aposentadoria (fls. 28/35).

5. Chegam, assim, os presentes autos, remetidos pelo Senhor Chefe de Gabinete da Casa Civil, a esta Procuradoria, para exame e parecer, ante o despacho da Senhora Subprocuradora do Estado da Área Consultiva, nos termos do artigo 21, inciso III, da Lei Complementar n. 478/86.

É o relatório. Passamos a opinar.

6. O pedido apresentado pela interessada restringe-se ao bloco compreendido entre 1º de maio de 1977 a 31 de julho de 1978 e de 05 de outubro de 1988 a 3 de julho de 1992, ou seja, ocasião em que ocupava cargo efetivo na Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social (fls. 07), anterior à sua nomeação para cargo em comissão na Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (1993 – fls. 05) e à sua aposentadoria (1998



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

– fls. 5).

7. Não obstante conste deferimento e gozo com relação a período de 30 dias referente ao bloco em questão (fls. 06/09), o pedido diz respeito a novo período de 30 dias de fruição e deve ser examinado à luz das orientações dispensadas à matéria.

8. O parecer PA-3 n. 400/94, de lavra da Dra. Sylvia Maria Monlevade Calmon de Brito, já dispunha que a “permanência não induz a continuidade de fruição de vantagens, porquanto a aposentação no cargo efetivo secciona a relação entre o titular do cargo e o Estado”.

Conseqüentemente, não pode agora, quando não mais existente o vínculo relativo àquela relação funcional, buscar a interessada a fruição da licença-prêmio não oportunamente requerida.

Inclusive, na época da obtenção do benefício em tela aplicava-se o parágrafo único do art. 5º. do Decreto estadual n. 25.013, de 16.4.1986, com o seguinte teor:

“Os períodos de licença-prêmio adquiridos a partir de 1º de janeiro de 1986 deverão, necessária e obrigatoriamente, ser usufruídos pelo funcionário ou servidor premiado, mediante apresentação de requerimento específico, sob pena de, **não o fazendo, enquanto em atividade, ter o seu direito perempto**” (grifos nossos).

Ora, com a aposentadoria findou a atividade relativa àquele vínculo funcional, estando, portanto, perempto o direito ora pleiteado.

3
pinto



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

9. No tocante ao bloco compreendido entre 04/07/1992 e 02/07/1997, como este se processou em decorrência do vínculo estabelecido pelo cargo efetivo (embora com período de concomitância entre o cargo efetivo e o cargo em comissão, uma vez que a nomeação para o cargo em comissão deu-se em novembro de 1993), entender-se-ia terem sido satisfeitas as exigências para a obtenção da licença-prêmio pela não-interrupção do exercício, aos moldes do art. 209 da Lei n. 10.261/68; entretanto, a fruição dos períodos remanescentes (30 dias já foram gozados – fls. 10/15) também estaria vedada pelo disposto no parágrafo único do art. 5º. do Decreto n. 25.013/86, em razão da aposentadoria da interessada no cargo efetivo em 19/11/1998.

10. Já o Despacho Normativo do Governador de 3 (“não haver óbice legal ao cômputo do tempo de serviço prestado pelo aposentado no cargo em que se aposentou, para perfazimento do quinquênio aquisitivo da licença-prêmio a ser gozada em decorrência do exercício de cargo em comissão, para o qual tenha sido nomeado posteriormente à aposentadoria, desde não tenha havido interrupção de exercício nos termos do artigo 209, da Lei n. 10.261/68.”), publicado em 04/04/1974, sustenta a fruição do bloco compreendido entre 02/07/1997 e 30/6/2002 (remanescem 60 dias – fls. 16/17), que se processou com soma de período do cargo em que a interessada se aposentou e de período do cargo em comissão (aposentadoria em 1998), conforme bem expôs a Dra. Maria Christina Tibiriçá Babouth em seu parecer de fls. 28/34, dado que o exercício do cargo em comissão não foi interrompido.

11. Diante do exposto, opinamos pelo indeferimento do pedido de fls. 20, que ensejou a presente consulta.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

É o parecer, *sub censura*.

São Paulo, 04 de agosto de 2004.

Assinatura manuscrita de Maria Beatriz Amaraal Santos Köhnen.

Maria Beatriz Amaraal Santos Köhnen
Procuradora do Estado
OAB/SP n. 83.482



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Processo: EXP PB nº 0416/2004 GDOC 16847-353365/2004

Interessado: KAZUE KAWATA

PARECER PA nº 278/2004

De acordo com o Parecer PA nº 278/2004 que demonstra a impossibilidade de fruição, pela interessada, de período de prêmio decorrente de exercício cargo efetivo do qual já se desligou em razão de aposentadoria voluntária.

Transmitam-se os autos à elevada consideração da i. Subprocuradora Geral do Estado da Consultoria.

PA, em 21 de setembro de 2004.

Maria Teresa Ghirardi Mascarenhas Neves
MARIA TERESA GHIRARDI MASCARENHAS NEVES
Procuradora do Estado - Chefe
da Procuradoria Administrativa
OAB nº 79.413



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Req. de 8.12.2003 (PB-416/2004)
PARECER 1010/2005
INTERESSADO KAZUE KAWATA
ASSUNTO **LICENÇA-PRÊMIO.** Servidora que detinha cargo efetivo, nomeada para cargo em comissão, posteriormente aposentada. Pretensão: fruição de licença-prêmio adquirida antes da aposentação no cargo em comissão. Posicionamentos unânimes dos órgãos jurídicos no sentido do indeferimento quando a aquisição se der em cargo efetivo, controvérsia quando for em cargo em comissão. Matéria de interesse geral. Proposta de retorno à Procuradoria Geral do Estado.

1. Cuida o presente de pedido de gozo de 30 (trinta) dias de licença-prêmio, formulado por Kazue Kawata, aposentada, ocupante de cargo em comissão de Assistente de Planejamento Setorial – GPS da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, referente ao período aquisitivo de 1º.05.77 a 31.07.78 e de 05.10.88 a 03.07.92, conforme publicação no DOE de 30.11.93 (fl. 20).

2. Diante da divergência de posicionamentos no âmbito da Pasta, foi solicitada a manifestação da Unidade Central de Recursos Humanos acerca da matéria, oportunidade em que este órgão se posicionou pelo indeferimento do pedido, e ressaltou a possibilidade de obtenção e gozo da licença-prêmio dos períodos de 04.07.92 a 01.07.97 e de 02.07.97 a 30.06.02 (fls. 22/23).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

3. Nesta Assessoria Jurídica foi emitido o Parecer AJG nº 278/2004 (fls. 28/34), onde se entendeu pela impossibilidade de fruição do período de licença-prêmio concedido no cargo efetivo, porém se ressaltou que “os períodos de licença-prêmio adquiridos durante o exercício do cargo em comissão poderão ser gozados, independente da sua aposentadoria em 1998”, devido à inocorrência de interrupção do exercício do cargo em comissão.

4. A Procuradoria Administrativa endossou o posicionamento deste órgão quanto à impossibilidade de gozo da licença-prêmio requerida (Parecer PA nº 278/2004 – fls. 38/42, endossado pela Chefia – fl. 43).

5. Foram juntadas aos autos cópias das publicações dos atos de nomeação e exoneração da interessada, ocorridas no DOE de 18.12.85, 04.09.93 e 25.09.93 (fls. 45/47).

6. A Subprocuradora Geral do Estado, da Área da Consultoria Jurídica, manifestou-se, às fls. 48/49, indicando a necessidade de confirmação das informações trazidas aos autos quanto ao exercício de cargo em comissão no período de 1985 a 1993. Propôs, ademais, o trânsito direto dos autos à Assessoria Jurídica, após a informação solicitada, e o seu retorno a Subprocuradoria Geral em caso de persistir a necessidade de se fixar entendimento geral para a Administração.

7. O Centro de Recursos Humanos da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social informou à fl. 52 que a servidora em questão “foi nomeada no cargo de Supervisor de Equipe de Assistência Técnica I com classificação na Divisão Regional de Promoção Social de São José do Rio Preto em DO de 18-12-85 e exonerada a pedido a partir de 03-06-93, publicado em DO de 04-09-93. Foi aposentada na função-atividade de Agente de Administração Pública conforme



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

publicação de 19-11-1998". Ademais, juntou-se aos autos a certidão DRADS/SJRP. 014/2005 (fl. 53).

8. Os autos então vieram a esta Assessoria Jurídica, conforme orientação da Subprocuradora Geral do Estado.

9. É o relatório. Opinamos.

10. A licença-prêmio é um benefício concedido ao servidor público em razão de sua assiduidade ao serviço, é ainda chamada de prêmio assiduidade. Na Administração Pública Estadual esta licença vem tratada no artigo 209 da Lei nº 10.261/68, que assim prescreve:

“Art. 209 – O funcionário terá direito, como prêmio de assiduidade, à licença de 90 (noventa) dias em cada período de 5 (cinco) anos de exercício ininterrupto, em que não haja sofrido qualquer penalidade administrativa.

Parágrafo único – O período de licença será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais, e não acarretará desconto algum no vencimento ou remuneração.”

11. Assim, a Administração Pública para premiar o servidor assíduo, com 90 (noventa) dias de licença, estabelece os seguintes requisitos para sua concessão: a) exercício por cinco anos ininterruptos, e b) inexistência de punição administrativa.

12. Ademais, este direito veio a ser regulamentado quanto ao seu gozo pelo Decreto nº 25.013, de 16.03.1986, que prescreve em seu artigo 5º:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

“Artigo 5º - (...).

Parágrafo único - Os períodos de licença-prêmio adquiridos a partir de 1.º de janeiro de 1986 deverão, necessária e obrigatoriamente, ser usufruídos pelo funcionário ou servidor premiado, mediante apresentação de requerimento específico, sob pena de, não o fazendo, enquanto em atividade, ter o seu direito perempto.”

13. Pelo citado ato regulamentar o servidor necessária e obrigatoriamente deve usufruir os períodos de licença-prêmio, enquanto em atividade, sob pena de ter o seu direito perempto. Neste sentido também o artigo 213 da Lei nº 10.261/68 que em sua nova redação veio estabelecer prazo para fruição deste direito (quatro anos e nove meses).

14. Em contrariedade a estas disposições, no caso em exame pretende-se que o direito adquirido, e não usufruído no tempo oportuno, possa ser fruído após a aposentadoria da servidora. Assim, teríamos o seguinte: o servidor que tenha preenchido os requisitos legais para a concessão da licença-prêmio e teve este direito reconhecido, mas não gozou este direito antes de se aposentar, poderia transferir referido direito para fruição no cargo em comissão que acaso exerça, sob o argumento de que mantém vínculo com a Administração.

15. Inicialmente, observamos que a aposentadoria “é o direito à inatividade remunerada, assegurado ao servidor público em caso de invalidez, idade ou requisitos conjugados em caso de tempo de serviço público e no cargo, idade mínima e tempo de contribuição”¹. Portanto, a aposentadoria põe fim à atividade laboral mantida pelo servidor, passando este à inatividade, porém remunerada.

¹ Maria Sylvia Zancella Di Pietro, *Direito Administrativo*, 14ª. ed., SP:Atlas, 2002, p.465.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Há um momento em que o vínculo se transmuta, finda a relação laboral entre o titular do cargo, ou da função atividade, e o Estado. “A aposentadoria rompe o vínculo administrativo-funcional”².

16. Ocorre que na situação em análise foi realizada uma distinção quanto à possibilidade de transporte do direito adquirido antes da aposentação. No Parecer AJG nº 1.120/2004 entendeu-se que a situação funcional da interessada apresentava nuances devido aos períodos de aquisição das licenças-prêmio, com o que a parecerista indicou que a licença-prêmio adquirida durante o exercício do cargo em comissão poderia ser gozada “independente da sua aposentadoria em 1998”. E prossegue a parecerista fundamentando da seguinte forma: “(...) Isto porque, não há que se cogitar em interrupção de vínculo quanto ao cargo em comissão, considerando que a interessada aposentou-se no cargo de Agente de Administração Pública. A ruptura (com o advento da aposentadoria) ocorreu no cargo efetivo; o exercício do cargo em comissão não foi interrompido”.

16.1. No que se refere ao direito que entendia ter sido adquirido durante o exercício do cargo efetivo, devido ao rompimento do vínculo, afirma a impossibilidade de transferência das vantagens concedidas no cargo outrora ocupado para o cargo em exercício, uma vez que o rompimento do vínculo acarretaria a perda de vantagens então conquistadas.

17. A Procuradoria Administrativa, por sua vez, endossou o entendimento quanto à impossibilidade de aproveitamento das vantagens conquistadas em um vínculo funcional para um novo vínculo (fls. 38/43).

18. Entretanto, em razão da diferença de tratamento estabelecida a partir do Parecer AJG nº 1.120/2004 para os períodos de licença-prêmio adquiridos e diante da possibilidade de não haver a referida distinção, tendo os dois

² No aditamento formulado pelo Dr. Elival da Silva Ramos ao Parecer AJG nº 1.231/2001.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

períodos sido adquiridos durante o exercício de cargo em comissão, a Subprocuradora Geral do Estado da Área da Consultoria Jurídica determinou a realização de diligência para a certificação desta possibilidade, indicando a persistência da necessidade de se fixar entendimento geral para a Administração somente no caso de não se confirmar que os períodos de aquisição foram no exercício do cargo em comissão.

19. Verificamos que a diligência realizada acabou por certificar que a interessada foi nomeada para o exercício de cargo em comissão em 18.12.85 (publicação no DOE), tendo tomado posse e exercício em 16.04.86, e sido exonerada deste cargo em 03.09.93 (fls. 53).

20. No entanto, entendemos que a necessidade de fixação de diretriz geral para a Administração persiste. O posicionamento esboçado no Parecer AJG nº 1.120/2004, em seu item 14, não traduz orientação pacífica sedimentada no âmbito da Administração Paulista, sendo necessário que tal orientação seja fixada. Observamos que o fundamento do referido posicionamento assenta-se no fato de não ter havido interrupção de continuidade do exercício do cargo em comissão com a ocorrência da aposentadoria. Contudo, este não é o nosso entendimento.

21. Os cargos em comissão constituem exceção à regra da investidura mediante aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, estes cargos são declarados de livre nomeação e exoneração, segundo preceito constitucional (art. 37, inciso II, da CF). É certo que os cargos em comissão podem ser ocupados por servidores que detenham cargo efetivo ou por terceiros que não detenham qualquer vínculo com a Administração.

22. Desta forma, um servidor que já é detentor de um cargo público, tendo para este sido regularmente nomeado após a aprovação em concurso público, pode vir a ser novamente nomeado para outro cargo, agora em comissão. Neste caso não há uma exoneração do cargo efetivo, o servidor se afasta do

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

exercício do cargo efetivo e assume o cargo em comissão. Há na relação jurídica mantida pelo servidor com o Estado a concomitância de regimes (o do cargo efetivo e o do cargo em comissão), porém apenas uma relação jurídica laboral com o Estado.

23. No presente caso, a servidora detinha um cargo efetivo e foi nomeada para o exercício de um cargo em comissão, vindo a se aposentar no exercício do cargo em comissão, tendo, no entanto, continuado a prestar serviço no aludido cargo.

24. Conforme já destacamos a aposentadoria constitui "ato pelo qual o poder público, (...) confere ao funcionário público, ou empregado, a dispensa do serviço ativo, a que estava sujeito, embora continue a pagar-lhe a remuneração, ou parte dela, a que tem direito, como se em efetivo exercício de seu cargo"³. Portanto, a aposentadoria faz cessar a relação jurídica, a relação de trabalho, estatutária ou celetista, mantida entre o Estado e o servidor, por romper o vínculo laboral.

25. Por conseguinte, se a aposentadoria rompe o vínculo laboral mantido entre servidor e Estado, não há como se sustentar que a ruptura ocorre em apenas no vínculo gerado pelo cargo efetivo, preservando-se o vínculo do cargo em comissão⁴. Há o rompimento do vínculo laboral, e, simplesmente porque é possível a acumulação de proventos e rendimentos a servidora pode continuar no exercício no cargo em comissão, mantendo uma nova relação jurídica com o Estado que não é regida pelo regime estatutário como era a anterior, apenas não ocorre um ato formal de nomeação, mas se trata de uma nova investidura em cargo público estadual.

³ Plácido e Silva, *Vocabulário Jurídico*, 17ª ed., RJ: Forense, p. 71 – verbete: aposentadoria.

⁴ No âmbito das relações trabalhistas não é diferente o entendimento dado à aposentadoria:

"A aposentadoria permanece na Justiça do Trabalho como uma modalidade natural de extinção do contrato laboral, a teor do preceituado no art. 453 da CLT." (TST, RR 309.533/96.7, Francisco Fausto, Ac. T.)

"A aposentadoria espontânea implica em extinção do contrato de trabalho. Se o empregado continua trabalhando, nasce um novo contrato, onde não é computável o período anterior, consoante dispõe o art. 453 da Consolidação das Leis do Trabalho." (TST, RR 372.206/97.5, João Oreste Dalazen, Ac. 1ª, 09.04.99.)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Assim, não acreditamos que se possa transportar direitos ou vantagens auferidas no antigo vínculo jurídico para o novo, não se pode misturar direitos oriundos de relações jurídicas distintas.

27. Observamos que mesmo o então Chefe desta Assessoria Jurídica, Dr. Elival da Silva Ramos⁵, que defende posicionamento diverso do nosso ao entender possível o cômputo do tempo de serviço prestado pelo aposentado no cargo (ou função) em que se aposentou no serviço público estadual, para perfazimento do quinquênio aquisitivo de licença-prêmio, separa a questão da forma de contagem do tempo de serviço público da aquisição das vantagens pessoais conquistadas, e afirma que a aposentadoria é ato extintivo do vínculo. Vejamos:

“(...) O ato de aposentadoria de servidor vincula o tempo de serviço utilizado na contagem para fins de aposentação ao vínculo funcional que então se extingue. Quanto a isso, não há dúvida alguma e estão concordes todos os pareceristas que se manifestaram nos presentes autos, inclusive o que ora se pronuncia. No entanto, o que é preciso atinar é que a contagem de tempo para fins de aposentadoria tem em vista apenas a fixação dos proventos do servidor aposentado, abrangendo pois as vantagens pecuniárias que se conquistam mediante o decurso do tempo de serviço (adicionais e sexta-parte). Nada tem ela a ver com a contagem de tempo de serviço para fins de licença-prêmio, que, como é cediço, não constitui vantagem pecuniária, ao contrário do afirmado, certamente por lapso argumentativo, no item 27 do parecer ora aditado.”

28. Ademais, conforme salientado no precedente parecer deste órgão, esta Assessoria Jurídica tem sustentado que o rompimento do

⁵ No aditamento ao Parecer AJG nº 1.231/2004.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

vínculo funcional gera a perda de vantagens conquistadas naquele vínculo⁶, não sendo estas dotadas de ultratividade. Observamos que em verdade não se dá uma perda, as vantagens funcionais ficam consolidadas na relação laboral que as originou, gerando ali seus efeitos, não é possível o transporte destas para outro vínculo após a aposentação (ato jurídico perfeito), ato que põe termo e consolida a relação jurídica de acordo com as condições fáticas e legais vigentes à época de sua decretação.

29. Portanto, a pretensão de utilização dos períodos de licença-prêmio adquiridos em outra relação jurídica mantida com o Estado, sob outro regime jurídico, não nos parece possível, ainda que a aquisição tenha se dado no exercício de cargo em comissão.

30. Entendemos, conseqüentemente, que o presente processo deva retornar à Procuradoria Geral do Estado para que se decida acerca do direito pleiteado, fixando-se orientação jurídica sobre a matéria, e desde já salientamos existirem outros casos similares ao presente pendentes de solução.

É o parecer, sub censura.

agosto de 2005.

ASSESSORIA JURÍDICA DO GOVERNO, 4 de

MARIA LUISA DE OLIVEIRA GRIECO
Procuradora do Estado Assessora

P1010/2005/MLOG

⁶ Pareceres AJG nºs 728/2001, 26/2000, 410/1998, 748/1996 e 1330/1996 onde se indeferiu a possibilidade de incorporação da gratificação de representação utilizando tempo anterior à aposentadoria.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Req. de 8.12.2003 (PB-416/2004)
INTERESSADO KAZUE KAWATA
ASSUNTO LICENÇA-PRÊMIO.

O parecer retro – que, espelhando o mesmo entendimento que tenho a respeito do tema em debate, dissocia-se da posição externada no parecer AJG nº 1.120/2004 – demonstra que o assunto está a merecer reexame pela Procuradoria Geral do Estado, com vista a obter-se orientação geral para a Administração.

Encaminhe-se, pois, o presente expediente, à Subprocuradoria Geral do Estado da Área de Consultoria.

ASSESSORIA JURÍDICA DO GOVERNO, 4 de agosto de 2005.

TERESA SERRA DA SILVA
Procuradora do Estado
Assessora Chefe

PI010/2005/TSS/deb



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

1368
bpo

GABINETE DO PROCURADOR GERAL

Processo: Exp. PB nº 416/04 – (GDOC nº 16847-353365/04)

Interessado: KAZUE KAWATA

Assunto: Ocupante de cargo em comissão requer blocos de licença-prêmio adquiridos antes da aposentadoria.

AAA/empm

Encaminhe-se à d. Procuradoria
Administrativa, para exame e parecer.

GPG-Cons., 08 de agosto de 2005.

ANADIL ABUJABRA AMORIM
PROCURADORA DO ESTADO-ASSESSORA
RESPONDENDO PELO EXPEDIENTE DA
SUBPROCURADORIA GERAL DO ESTADO
ÁREA DE CONSULTORIA



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

P. A.	
fls.	69
	<i>[Signature]</i>

PROCESSO: Exp. PB nº 416/04

PARECER PA Nº231/2005

INTERESSADA: KAZUE KAWATA

ASSUNTO: LICENÇA-PRÊMIO. Servidora detentora de cargo efetivo. Nomeação posterior para cargo em comissão. Aposentadoria subsequente. Rompimento do vínculo com o Estado. Gozo de período anterior à aposentação no exercício do cargo de confiança. Impossibilidade. Superposição de regimes que não pode implicar ultratividade das vantagens percebidas no regime pretérito, sob pena de violação da regra do art. 37, II da CF. Precedentes: pareceres PA-3 nº 400/94, 42/97 e 136/02.

1. Trata-se de reexaminar, com vistas à fixação de diretriz para a Administração, a possibilidade de os períodos de licença-prêmio adquiridos no exercício de cargo efetivo serem utilizados, posteriormente à aposentação da servidora, em outra relação jurídica mantida com o Estado, qual seja, o exercício de cargo em comissão.

2. Deflagrou a consulta o requerimento da interessada, de fls. 20, de fruição, a partir de 30.10.03, de 30 (trinta) dias de licença-prêmio, referente aos blocos de 1º.05.77 a 31.07.78 e de 05.10.88 a 03.07.92.

3. A Unidade Central de Recursos Humanos informou que a interessada era titular do cargo de Assistente de Planejamento e Controle III, classificada no Grupo de Planejamento Setorial – GPS, ocupando cargo em comissão desde 03.06.93, tendo se aposentado em 17.11.98 em seu cargo efetivo.

[Handwritten mark]



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

P. A.	70
Fls.	
<i>[Assinatura]</i>	

4. Com base na disciplina contida nos Despachos Normativos do Governador, publicados em 04.04.1974 e 16.10.2001, e no aditamento do então Procurador Assessor Chefe da AJG, que reputou mantido o primitivo despacho normativo, manifestou-se o órgão de pessoal pela viabilidade do gozo do benefício tão somente no que concerne ao período de 04.07.1992 a 01.07.1997, em que a interessada já ocupava cargo em comissão (fls. 22/24).

5. A matéria foi inicialmente apreciada no parecer nº 1.120/2004, da Assessoria Jurídica do Governo, de fls. 28/34, aprovado a fl. 35 pelo Procurador do Estado Assessor Chefe Substituto, no sentido de que o rompimento do vínculo funcional pela aposentadoria importa na perda de vantagens conquistadas em decorrência dele, que não poderão renascer em outro vínculo. Logo, somente poderia usufruir os períodos de licença-prêmio adquiridos durante o exercício do cargo em comissão de Assistente de Planejamento e Controle III.

6. Naquela oportunidade, foi suscitada a oitiva desta Especializada que, no parecer PA nº 278/2004, opinou no mesmo sentido, reputando-se perempto o direito pleiteado pela interessada a fls. 20, demonstrando-se, assim, consoante observou a Chefia da Unidade, a impossibilidade de fruição, pela interessada, de período de licença-prêmio decorrente do exercício de cargo efetivo do qual já se desligou em razão de aposentadoria voluntária.

7. Quando o assunto já se encontrava na alçada da Subprocuradoria Geral da Área de Consultoria, sobreveio a juntada de documentos trazidos pela interessada, de fls. 45 e ss., indicando que a mesma titularizou cargo em



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

P.A.	71
fls	

[Handwritten signature]

comissão de Supervisor de Equipe de Assistência Técnica Nível I, entre 18.12.1985 e 03.06.1993, sendo certo que desde esta última data é titular do cargo, também provido em comissão, de Assistente de Planejamento e Controle III. Diante dessa nova informação, atinente ao período de 1985 a 1993, desapareceria a singularidade que motivou o encaminhamento do expediente à PGE, restando prejudicada a apreciação do Parecer PA nº 278/2004. Determinou-se, portanto, a remessa dos autos à Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, para confirmação das informações, com trânsito direto à AJG para novo exame (fls. 48/49).

8. Informou a origem, a fls.52/55, que a interessada “foi *nomeada* no cargo de Supervisor de Equipe de Assistência Técnica I com classificação na Divisão Regional de Promoção Social de São José do Rio Preto em DO de 18.12.1985 e *exonerada a pedido a partir de 03.06.1993*, publicado em DO de 04.09.93. Foi aposentada na função-atividade de Agente de Administração Pública conforme publicação de 19.11.1998 através da mesma DRADS-São José do Rio Preto”.

9. Por fim, a Assessoria Jurídica do Governo, no parecer nº 1.010/2005, observou que:

- (i) o posicionamento esboçado no Parecer AJG nº 1120/2004, em seu item 14, considera nuances do caso vertente que autorizariam não se cogitar da interrupção do vínculo pela ocorrência da aposentadoria quanto ao cargo em comissão;
- (ii) não compartilha desse entendimento, pois o servidor já detentor de cargo público não poderia vir a ser novamente nomeado para outro cargo, agora em comissão, havendo na relação jurídica mantida com o Estado a concomitância de regimes



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

P.A.	72
fls.	
<i>[Assinatura]</i>	

(o do cargo efetivo e do cargo em comissão), porém apenas uma relação laboral com o Estado;

- (iii) com o rompimento do vínculo laboral pela aposentadoria, não haveria como sustentar que a ruptura ocorre apenas no vínculo gerado pelo cargo efetivo, preservando-se o vínculo do cargo em comissão;
- (iv) mesmo o entendimento divergente do então Chefe da AJG, ao entender possível o cômputo do tempo de serviço prestado pelo aposentado no cargo (ou função) em que se aposentou no serviço estadual, para perfazimento do quinquênio aquisitivo de licença-prêmio, separa a questão da forma de contagem do tempo de serviço público da aquisição das vantagens pessoais conquistadas, e afirma que a aposentadoria é ato extintivo do vínculo;
- (v) impossível, por conseguinte, o transporte das vantagens funcionais para outro vínculo após a aposentação (ato jurídico perfeito), ficando estas consolidadas na relação laboral que as originou.

10. Ao aprovar o entendimento retro, a Procuradora Assessora Chefe refere que o assunto inspira divergência em relação ao posicionamento anterior, contido no parecer AJG nº 1.120/2004, daí que continua a merecer reexame pela Procuradoria Geral do Estado, com vista a obter-se orientação geral para a Administração. Seguiu-se, daí, nova remessa a esta Especializada, para exame e parecer sobre a matéria.

É o relatório. Opino.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

P. A.	73
Fls.	

[Handwritten signature]

11. Depreende-se dos elementos existentes nos autos, muito embora deles não conste quer a ficha funcional da interessada quer as cópias dos atos administrativos pertinentes, que a mesma ingressou no serviço público, em data não especificada, como Agente de Administração Pública, do SQF-II, Referência 3, Grau D, Tabela I, da Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social, no qual se aposentou conforme Portaria publicada em 19 de novembro de 1998; foi nomeada, por Decreto de 17, publicado em 18 de dezembro de 1985, nos termos do artigo 20, inciso I, da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978, para exercer, em comissão e em jornada completa de trabalho, o cargo de Supervisor de Equipe de Assistência Técnica I, da mesma Secretaria; depois, pela Resolução de 3, publicada em 4 e retificada em 25 de setembro de 1993, foi exonerada do cargo em comissão, a pedido e a partir de 3 de junho de 1993 (certidão de fls. 53), tendo sido nomeada, nessa mesma data, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente de Planejamento e Controle III, da referida Pasta.

12. São comuns na Administração situações funcionais semelhantes à da interessada, quais sejam, de quem, investido originariamente em determinado cargo efetivo, mediante concurso público, é, posteriormente, nomeado para exercer outros cargos em comissão, vindo a aposentar-se no cargo efetivo, conquanto exercendo, sem interrupção, durante certo período, outro cargo provido em comissão.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

P.A.	74
10	
	40

13. A questão que se coloca nestes autos é saber-se, precipuamente, da possibilidade de transporte das vantagens funcionais para outro vínculo após a aposentação do servidor.

14. Num sentido mais amplo, os Pareceres PA-3 nº 400/94 e 42/97, aprovados pelo Procurador Geral do Estado, já fixaram exegese no sentido de que o servidor aposentado em cargo efetivo, que venha a exercer ulteriormente cargo em comissão, não pode computar o tempo prestado no antigo cargo para fins de percepção de adicional por tempo de serviço no exercício do cargo mencionado, entendimento esse reafirmado por ocasião da aprovação do Parecer PA-3 nº 136/2002.

15. Como já destacado nestes autos, no precedente parecer PA nº 278/04, o parecer PA-3 nº 400/94, da lavra da Dra. Sylvia Maria Monlevade Calmon de Brito bem entendeu que a “permanência não induz a continuidade de fruição de vantagens, porquanto a aposentação no cargo efetivo secciona a relação entre o titular do cargo e o Estado”.

16. Ora se controverte sobre o mesmo transporte de direitos e vantagens, relativas à licença-prêmio, anteriores à aposentação, pressupondo-se uma superposição de regimes de provimento de cargos públicos, o do cargo efetivo e o do cargo de confiança, quando, na realidade, o único vínculo a considerar-se, para



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

P. A.	75
Fls.	

todos os efeitos, é o estatutário, decorrente do provimento de cargo efetivo, como passamos a demonstrar.

17. Segundo Celso Antonio Bandeira de Mello, classificam-se os cargos públicos, quanto à sua vocação para retenção dos ocupantes, em: “cargos de provimento *em comissão*, cargos de provimento *efetivo*, e cargos de provimento *vitalício*, conforme predispostos, respectivamente, a receber ocupantes transitórios, permanentes ou com uma garantia mais acentuada de permanência”.¹

18. O provimento, definido pelo citado jurista como ato de titularização de cargo público, diz-se *autônomo* ou *originário* quando “alguém é preposto no cargo independentemente do fato de ter, não ter, haver ou não tido algum vínculo com cargo público”. Já os provimentos *derivados*, “como o nome indica, são aqueles que derivam, ou seja, que se relacionam com o fato de o servidor ter ou haver tido algum vínculo anterior com cargo público”.

19. Para Edmir Neto de Araújo, “provimento originário é a *nomeação*, e se considerarmos não apenas os cargos, mas também as funções, podemos incluir aí também a *designação*. (...) Nas outras formas de provimento, ao contrário, pressupõe-se a **existência** anterior de um vínculo funcional do servidor público a ser provido no cargo, com a Administração, e por causa disso cada

¹ Curso de Direito Administrativo, 17ª edição, p. 277 e ss.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

P. A.	76
fls.	

[Assinatura]

uma delas configura *provimento derivado*, que “é sempre uma alteração na situação funcional do provido”.²

20. Prossegue o mesmo autor afirmando que “a nomeação pode ocorrer **mantendo-se** vínculo anterior com o serviço público, nos casos de nomeação *em comissão* ou *em confiança* de funcionário já titular de cargo público, e, ainda, para cargos *efetivos* que, legalmente, possam ser acumulados, nos termos do art. 37, XVI, *a, b, e c*, da Constituição Federal”.

21. Verifica-se da distinção doutrinária, que se tratam de regimes jurídicos distintos, e em que pese a sua eventual coexistência, devem ser tratados distintamente, inclusive no que se refere ao instituto da licença-prêmio. Com efeito, o regime de provimento originário, referente ao cargo efetivo, inicia-se com o provimento por concurso público de provas e títulos e termina com o ato de aposentação; já o de provimento derivado parte da nomeação para o cargo em comissão, cessando o seu exercício com a exoneração.

22. Trata-se a licença-prêmio, consoante a definição de Emir Netto de Araújo, de “**prêmio de assiduidade**” ao servidor que completar determinado lapso de tempo em exercício ininterrupto, constante de concessão de licença, por certo prazo, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo”.³

² Curso de Direito Administrativo, 2005, p. 310 e ss.

³ Ob. cit., p. 349 e ss.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

P.A.	77
Des	
<i>[Assinatura]</i>	

23. Na verdade, o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Lei nº 10.261/68), ao tratar da referida vantagem funcional, no artigo 209, limita-se a enumerar os requisitos da licença-prêmio, quais sejam, a assiduidade em cada período de 5 (cinco) anos de exercício ininterrupto, e a ausência de penalidade administrativa, mas não circunscreve esse exercício ao cargo efetivo. Tanto que o provimento original pode dar-se exclusivamente no cargo em comissão e daí decorrer o mesmo direito ao servidor assim nomeado.

24. Mas, considerando-se a superposição de exercícios de cargos públicos, cumpre seja a licença prêmio encarada como decorrente do exercício de um determinado cargo, sob determinado regime, para efeito de cômputo dos períodos aquisitivos.

25. Tal conclusão é inarredável na medida em que não se poderia conceber a ubiquidade da pessoa que exerce cargo em comissão, sendo titular de cargo efetivo: ou bem exerce um ou outro. Vale dizer: durante o tempo em que estiver no exercício do cargo em comissão, sua vida funcional (deveres, direitos e vantagens) reger-se-á pela respectiva disciplina, considerando-se o afastamento por licença-prêmio período “de efetivo exercício para todos os efeitos legais” (EFP, art. 209, § único). Por outro lado, as vantagens conquistadas no exercício exclusivo do cargo efetivo serão computadas ao longo de seu respectivo exercício.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

P. A.	78
Fls.	
<i>[Assinatura]</i>	

26. Ressalte-se, ademais, que a nova redação do art. 213 do Estatuto, conferida pela Lei Complementar nº 857, de 20.04.99 já limita o gozo da licença-prêmio ao prazo de quatro anos e nove meses, a contar do término do período aquisitivo, sob pena de ter o seu direito perempto. Tal obrigatoriedade de usufruir tempestivamente do benefício já provinha do Decreto nº 25.013, de 16.03.1986, em seu artigo 5º, parágrafo único.

27. Daí que, com a aposentadoria, rompe-se o vínculo funcional com o Estado, circunscrevendo-se as vantagens até esse termo final, restando perempto o direito da interessada de fruir a licença-prêmio no período pretendido, que é anterior ao seu desligamento voluntário do serviço público. Pretender estender o seu cômputo equivaleria a conferir ultratividade às vantagens percebidas no regime pretérito, em violação ao princípio da prévia investidura por concurso público (CF, art. 37, II). Opino, pois, pelo indeferimento do pedido da interessada.

É o parecer que, s.m.j., submetemos à elevada consideração superior.

São Paulo, 21 de setembro de 2005.

[Assinatura]
LUIZ FRANCISCO TORQUATO AVOLIO
Procurador do Estado - Nível V
OAB/SP nº 60.842



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

P.A.	79
Fls.	

PROCESSO: EXP. PB nº 416/04 (GDOC nº 16.847-353365/2004)

INTERESSADO: KAZUE KAWATA

PARECER PA nº 231/2005

Alude-se em diversas manifestações exaradas neste expediente que a interessada aposentou-se em 17.11.1998 no cargo efetivo de que seria titular. Observo, no entanto, que a manifestação do Centro de Recursos Humanos assevera que ela “foi aposentada na função-atividade de Agente de Administração Pública” (fl. 52 - grifei). Como os autos não estão adequadamente instruídos, conforme registrado pelo parecer, desconhece-se o regime jurídico que presidiu o ingresso da interessada no serviço público e que, salvo mutação também ignorada, rege sua relação funcional com a administração pública.

Fato é que, consoante documentos constantes do expediente, ela veio a ser nomeada, em duas oportunidades, para ocupar cargo em comissão onde teria permanecido até inativar-se. Se antes dessas nomeações titulava cargo efetivo submetido ao regime estatutário ou ocupava função-atividade disciplinada por outro regime jurídico, é inequívoco que de sua nomeação para cargo em comissão decorreu a inevitável suspensão do exercício do cargo/função-atividade precedente, sem, no entanto, concretizar-se a ruptura do vínculo que a atrelava ao serviço público. Se era ocupante de emprego público submetido à legislação trabalhista, a nomeação para o cargo em comissão também operou a suspensão dessa relação jurídica.

O tempo de serviço exercido no cargo em comissão foi, certamente, computado para integrar o tempo que serviu de fundamento a sua aposentadoria no



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

P. A.	80
2	100

cargo/função-atividade de que era titular. O lapso de exercício de cargo em comissão foi trasladado para a relação jurídica mantida pela interessada com a administração pública, que se encerrou com a concessão de sua aposentadoria.

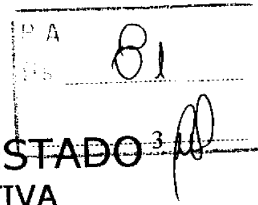
A fruição do direito à licença adquirida, que é um prêmio representado pelo não exercício remunerado do cargo público, é incompatível com a jubilação, porque só o servidor em atividade pode usufruir de prêmio dessa natureza. Não é por outra razão que o art. 214 da lei estatutária determina que o funcionário “deverá aguardar em exercício a concessão da licença”. Além do mais, estabelece a lei estatutária que o gozo da licença-prêmio depende de iniciativa do servidor, ou seja, de manifestação de sua vontade através de requerimento instruído com certidão do tempo de serviço (EFP, art. 212). Como já observado em diversos precedentes desta Procuradoria, se o servidor, que desfruta do direito à fruição de licença-prêmio, requer sua aposentadoria voluntária antes de usufruí-la, abdica do direito ao respectivo gozo. O exercício deste direito, que dependia de sua manifestação de vontade, é incompatível com a opção pela inatividade.

Essa situação não é afetada pela circunstância de a interessada ter-se aposentado e continuado a exercer o cargo em comissão para o qual fora nomeada anteriormente. Após sua inativação, o exercício do cargo em comissão – ainda que seja o mesmo e sem a formal nomeação através de ato próprio, como seria de rigor – inaugura nova relação jurídica entre a interessada e a administração pública. Esse novo vínculo nenhuma relação mantém com aquele que se rompeu através da aposentadoria; trata-se de vínculo autônomo, independente e integralmente desconectado daquele que ela mantinha antes de aposentar-se, não servindo de fundamento para alicerçar o exercício de direito do qual ela abdicou voluntariamente.

Com esses administrículos, acompanho a conclusão do parecer, que se alinha à orientação assente no âmbito da Procuradoria Geral.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



Encaminhem-se os autos à Subprocuradoria Geral do Estado – Área de Consultoria.

São Paulo, 22 de setembro de 2005.

Antônio Joaquim Ferreira Custódio
Antônio Joaquim Ferreira Custódio
PROCURADOR DO ESTADO CHEFE SUBSTITUTO
DA PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
OAB/SP 24.975



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL

82
82

Ref.: Exp. GDOC nº 16847-353365/2004

Interessado: Kazue Kawata

Assunto: ocupante de cargo em comissão requer blocos de licença-prêmio adquiridos antes da aposentadoria

jfc

1. Reportando-me ao despacho que lancei a fls. 48/49, está evidenciado neste expediente que os períodos aquisitivos dos blocos de licença-prêmio concedidos à interessada perfizeram-se em 1992, 1997 e 2002. De outra parte, restou igualmente explicitado que a interessada titulariza cargo em comissão, sem solução de continuidade, desde dezembro de 1985. Finalmente, é indisputável que ao benefício em exame também fazem jus os servidores por último referidos, vinculados à Administração em função da confiança neles depositada.

Ante esse cenário, parece-me irrepreensível, com a vênua devida a entendimentos diversos, o raciocínio articulado no item “14” do Parecer AJG nº 1120/2004, *verbis*:

“...os períodos de licença-prêmio adquiridos durante o exercício do cargo em comissão poderão ser gozados, independente[mente] da sua aposentadoria em 1998. Isso porque, não há que se

Imprensa Oficial



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL

1483
20

cogitar em interrupção de vínculo quanto ao cargo em comissão (...) A ruptura (com o advento da aposentadoria) ocorreu no cargo efetivo; o exercício do cargo em comissão não foi interrompido" (grifei).

2. Isso posto, encaminhe-se à consideração do Senhor Procurador Geral do Estado com proposta de aprovação da presente manifestação, deixando-se de acolher, desta feita, a peça opinativa exarada no âmbito da Especializada.

Subg. Cons., em 10 de outubro de 2005.

ANA MARIA OLIVEIRA DE TOLEDO RINALDI

Subprocuradora Geral do Estado

Área da Consultoria



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

GABINETE DO PROCURADOR GERAL

1284
M

Ref.: Exp. GDOC nº 16847-353365/2004

Interessado: Kazue Kawata

Assunto: ocupante de cargo em comissão requer blocos de licença-prêmio adquiridos antes da aposentadoria

jfc

1. Aprovo a manifestação retro da Subprocuradora Geral do Estado – Área da Consultoria, ficando (i) prejudicado o Parecer PA nº 278/2004, cujos pressupostos fáticos viram-se ulteriormente modificados, e (ii) desaprovado o Parecer PA nº 231/2005.

2. Restitua-se à Assessoria Jurídica do Governo para conhecimento e providências de sua alçada.

GPG, em 10 de outubro de 2005.

ELIVAL DA SILVA RAMOS

Procurador Geral do Estado



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Req. de 8/12/2003 (PB-416/2004)
PARECER 1695/2005
INTERESSADO KAZUE KAWATA
ASSUNTO LICENÇA-PRÊMIO. Funcionária aposentada ocupante de cargo em comissão. Inexistência de óbice legal ao cômputo de tempo de serviço prestado pelo aposentado no cargo ou função em que se aposentou no serviço público estadual, para perfazimento de quinquênio aquisitivo de licença prêmio a ser gozada em outro cargo público. Diretriz traçada no despacho governamental publicado no DOE de 16/10/2001. Inviabilidade de fruição dos períodos de licença-prêmio concedidos no cargo efetivo. Possibilidade de gozo dos benefícios auferidos durante o exercício do cargo em comissão de Assistente de Planejamento e Controle III. Tese anuída pelo Procurador Geral do Estado ao desaprovar o Parecer PA nº 231/2005. Retorno dos autos à origem, após ciência da Unidade Central de Recursos Humanos.

1. O Departamento de Recursos Humanos da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho informou que Kazue Kawata, Assistente de Planejamento e Controle III do SQC-I do Quadro daquela Secretaria solicitou o gozo de 30 (trinta) dias de licença-prêmio, referentes ao período aquisitivo de 01/05/1977 a 31/07/1978 e de 05/10/1988 a 03/07/1992. Esclareceu que este bloco de licença-prêmio foi adquirido antes de sua aposentadoria, ocorrida em 09/11/1998 (fls. 01/02). Em razão desta situação, formulou duas questões: a) viabilidade de autorização do gozo de 30 (trinta) dias de licença-prêmio, referentes ao período de 01/05/1977 a 31/07/1978 e de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

05/10/1988 a 03/07/1992; e, b) possibilidade de concessão de licença-prêmio do período de 02/07/1997 a 30/06/2002 (fl. 21).

2. A Unidade Central de Recursos Humanos asseverou que o Despacho Normativo exarado pelo Governador do Estado no Processo COESPE-26/99, publicado no DOE de 16/10/2001, declarou não haver óbice legal ao cômputo de tempo de serviço prestado pelo aposentado no cargo (ou função) em que se aposentou no serviço público estadual, para perfazimento de quinquênio aquisitivo de licença-prêmio a ser gozada em outro cargo público. Em face desta diretriz concluiu ser viável a concessão e o gozo de licença-prêmio, relativa ao período de 02/07/1997 a 30/06/2002. Quanto ao gozo, opinou pela viabilidade, com relação ao período de 04/07/1992 a 01/07/1997, eis que a interessada já ocupava cargo em comissão. Com referência ao período de 01/05/1977 a 31/07/1978 e de 05/10/1988 a 03/07/1992 entendeu ser inviável a fruição do período de licença-prêmio restante (60 dias) – fls. 22/24.

3. No Parecer AJG nº 1120/2004, entendemos não haver óbice legal ao cômputo de tempo de serviço prestado pelo aposentado no cargo (ou função) em que se aposentou no serviço público estadual, para perfazimento de quinquênio aquisitivo de licença-prêmio a ser gozada em outro cargo público, conforme diretriz traçada no despacho governamental publicado no DOE DE 16/10/2001. Manifestamo-nos, também, pela impossibilidade de fruição dos períodos de licença-prêmio concedidos no cargo efetivo, eis que o rompimento do vínculo funcional importa na perda de vantagens conquistadas em decorrência dele, que não podem renascer em outro vínculo. Asseveramos, entretanto, que o caso vertente apresenta nuances, eis que a interessada foi nomeada para exercer o cargo em comissão de Assistente de Planejamento e Controle III em 1993 e permanece exercendo este cargo atualmente. Assim, os períodos de licença-prêmio adquiridos durante o exercício do cargo em comissão poderão ser gozados, independente da sua aposentadoria em 1998. Isto porque, não há que se cogitar em interrupção de vínculo quanto ao cargo em comissão,

2

7. Divergente foi a posição assumida pelo Procurador Geral do Estado, ao desaprovar o Parecer PA nº 231/2005 e endossar a tese constante do Parecer AJG nº 1120/2004 (fls. 82/84).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

05/10/1988 a 03/07/1992; e, b) possibilidade de concessão de licença-prêmio do período de 02/07/1997 a 30/06/2002 (fl. 21).

2. A Unidade Central de Recursos Humanos asseverou que o Despacho Normativo exarado pelo Governador do Estado no Processo COESPE-26/99, publicado no DOE de 16/10/2001, declarou não haver óbice legal ao cômputo de tempo de serviço prestado pelo aposentado no cargo (ou função) em que se aposentou no serviço público estadual, para perfazimento de quinquênio aquisitivo de licença-prêmio a ser gozada em outro cargo público. Em face desta diretriz concluiu ser viável a concessão e o gozo de licença-prêmio, relativa ao período de 02/07/1997 a 30/06/2002. Quanto ao gozo, opinou pela viabilidade, com relação ao período de 04/07/1992 a 01/07/1997, eis que a interessada já ocupava cargo em comissão. Com referência ao período de 01/05/1977 a 31/07/1978 e de 05/10/1988 a 03/07/1992 entendeu ser inviável a fruição do período de licença-prêmio restante (60 dias) – fls. 22/24.

3. No Parecer AJG nº 1120/2004, entendemos não haver óbice legal ao cômputo de tempo de serviço prestado pelo aposentado no cargo (ou função) em que se aposentou no serviço público estadual, para perfazimento de quinquênio aquisitivo de licença-prêmio a ser gozada em outro cargo público, conforme diretriz traçada no despacho governamental publicado no DOE DE 16/10/2001. Manifestamo-nos, também, pela impossibilidade de fruição dos períodos de licença-prêmio concedidos no cargo efetivo, eis que o rompimento do vínculo funcional importa na perda de vantagens conquistadas em decorrência dele, que não podem renascer em outro vínculo. Asseveramos, entretanto, que o caso vertente apresenta nuances, eis que a interessada foi nomeada para exercer o cargo em comissão de Assistente de Planejamento e Controle III em 1993 e permanece exercendo este cargo atualmente. Assim, os períodos de licença-prêmio adquiridos durante o exercício do cargo em comissão poderão ser gozados, independente da sua aposentadoria em 1998. Isto porque, não há que se cogitar em interrupção de vínculo quanto ao cargo em comissão,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

considerando que a interessada aposentou-se no cargo de Agente de Administração Pública. A ruptura (com o advento da aposentadoria) ocorreu no cargo efetivo; o exercício do cargo em comissão não foi interrompido (fls. 28/35).

4. Tratando-se de matéria de interesse geral da Administração, a Procuradoria Administrativa manifestou-se pela impossibilidade de fruição de período de licença-prêmio decorrente do exercício do cargo efetivo do qual já se desligou em razão de aposentadoria voluntária (Parecer PA nº 278/2004 – fls. 38/43).

5. Após a juntada de documentos e atos em nome da interessada, expedidos pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (fls. 45/47 e 52/53), os autos retornaram a este órgão jurídico-consultivo. O Parecer AJG nº 1010/2005, manifestou divergência da tese esboçada no Parecer AJG nº 1120/2004, por entender que a aposentadoria rompe o vínculo laboral mantido entre o servidor e o Estado e inicia-se uma nova relação jurídica, apesar de não ocorrer um ato formal de nomeação no cargo em comissão. Nesse sentido, o aludido parecer opinou pela impossibilidade de fruição dos períodos de licença-prêmio adquiridos antes da aposentadoria (fls. 58/67).

6. De análogo teor, o Parecer PA nº 231/2005, ao asseverar que com a aposentadoria voluntária, o servidor abdica do direito à fruição dos períodos de licença-prêmio, mesmo que esteja exercendo um cargo em comissão, pois este vínculo não mantém nenhuma relação com aquele que se rompeu com a inativação (fls. 69/79). O aludido parecer foi aprovado pela Chefia da Procuradoria Administrativa (fls. 79/81).

7. Divergente foi a posição assumida pelo Procurador Geral do Estado, ao desaprovar o Parecer PA nº 231/2005 e endossar a tese constante do Parecer AJG nº 1120/2004 (fls. 82/84).



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

05/10/1988 a 03/07/1992; e, b) possibilidade de concessão de licença-prêmio do período de 02/07/1997 a 30/06/2002 (fl. 21).

2. A Unidade Central de Recursos Humanos asseverou que o Despacho Normativo exarado pelo Governador do Estado no Processo COESPE-26/99, publicado no DOE de 16/10/2001, declarou não haver óbice legal ao cômputo de tempo de serviço prestado pelo aposentado no cargo (ou função) em que se aposentou no serviço público estadual, para perfazimento de quinquênio aquisitivo de licença-prêmio a ser gozada em outro cargo público. Em face desta diretriz concluiu ser viável a concessão e o gozo de licença-prêmio, relativa ao período de 02/07/1997 a 30/06/2002. Quanto ao gozo, opinou pela viabilidade, com relação ao período de 04/07/1992 a 01/07/1997, eis que a interessada já ocupava cargo em comissão. Com referência ao período de 01/05/1977 a 31/07/1978 e de 05/10/1988 a 03/07/1992 entendeu ser inviável a fruição do período de licença-prêmio restante (60 dias) – fls. 22/24.

3. No Parecer AJG nº 1120/2004, entendemos não haver óbice legal ao cômputo de tempo de serviço prestado pelo aposentado no cargo (ou função) em que se aposentou no serviço público estadual, para perfazimento de quinquênio aquisitivo de licença-prêmio a ser gozada em outro cargo público, conforme diretriz traçada no despacho governamental publicado no DOE DE 16/10/2001. Manifestamo-nos, também, pela impossibilidade de fruição dos períodos de licença-prêmio concedidos no cargo efetivo, eis que o rompimento do vínculo funcional importa na perda de vantagens conquistadas em decorrência dele, que não podem renascer em outro vínculo. Asseveramos, entretanto, que o caso vertente apresenta nuances, eis que a interessada foi nomeada para exercer o cargo em comissão de Assistente de Planejamento e Controle III em 1993 e permanece exercendo este cargo atualmente. Assim, os períodos de licença-prêmio adquiridos durante o exercício do cargo em comissão poderão ser gozados, independente da sua aposentadoria em 1998. Isto porque, não há que se cogitar em interrupção de vínculo quanto ao cargo em comissão,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

considerando que a interessada aposentou-se no cargo de Agente de Administração Pública. A ruptura (com o advento da aposentadoria) ocorreu no cargo efetivo; o exercício do cargo em comissão não foi interrompido (fls. 28/35).

4. Tratando-se de matéria de interesse geral da Administração, a Procuradoria Administrativa manifestou-se pela impossibilidade de fruição de período de licença-prêmio decorrente do exercício do cargo efetivo do qual já se desligou em razão de aposentadoria voluntária (Parecer PA nº 278/2004 – fls. 38/43).

5. Após a juntada de documentos e atos em nome da interessada, expedidos pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social (fls. 45/47 e 52/53), os autos retornaram a este órgão jurídico-consultivo. O Parecer AJG nº 1010/2005, manifestou divergência da tese esboçada no Parecer AJG nº 1120/2004, por entender que a aposentadoria rompe o vínculo laboral mantido entre o servidor e o Estado e inicia-se uma nova relação jurídica, apesar de não ocorrer um ato formal de nomeação no cargo em comissão. Nesse sentido, o aludido parecer opinou pela impossibilidade de fruição dos períodos de licença-prêmio adquiridos antes da aposentadoria (fls. 58/67).

6. De análogo teor, o Parecer PA nº 231/2005, ao asseverar que com a aposentadoria voluntária, o servidor abdica do direito à fruição dos períodos de licença-prêmio, mesmo que esteja exercendo um cargo em comissão, pois este vínculo não mantém nenhuma relação com aquele que se rompeu com a inativação (fls. 69/79). O aludido parecer foi aprovado pela Chefia da Procuradoria Administrativa (fls. 79/81).

7. Divergente foi a posição assumida pelo Procurador Geral do Estado, ao desaprovar o Parecer PA nº 231/2005 e endossar a tese constante do Parecer AJG nº 1120/2004 (fls. 82/84).

72/84



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

8. Relatados. Opínamos.

9. A interessada foi nomeada para exercer o cargo em comissão de Assistente de Planejamento e Controle III em 1993 e permanece exercendo este cargo atualmente. Assim, os períodos de licença-prêmio adquiridos durante o exercício do cargo em comissão poderão ser gozados, independente da sua aposentadoria em 1998. Isto porque, não há que se cogitar em interrupção de vínculo quanto ao cargo em comissão, considerando que a interessada aposentou-se no cargo de Agente de Administração Pública. A ruptura (com o advento da aposentadoria) ocorreu no cargo efetivo; o exercício do cargo em comissão não foi interrompido.

10. Esta foi a tese aprovada pelo Procurador Geral do Estado ao desaprovar o Parecer PA nº 231/2005.

11. Logo, a interessada poderá gozar as licenças-prêmio referentes aos períodos 04/07/1992 a 02/07/1997 e de 02/07/1997 a 30/06/2002, adquiridos durante o exercício do cargo em comissão de Assistente de Planejamento e Controle III. A licença-prêmio referente ao período de 01/05/1977 a 31/07/1978 e de 05/10/1988 a 03/07/1992 adquirida no cargo efetivo de Agente de Administração Pública, no qual a interessada se aposentou, não poderá ser usufruída, em razão do rompimento do vínculo.

12. Ademais, como asseverado no Parecer AJG nº 1120/2004, é legal o ato de averbação da licença-prêmio, referente ao período de 02/07/1997 a 30/06/2002, em face do despacho governamental exarado no Processo COESPE-26/99-SAP¹, que assentou a viabilidade do cômputo do tempo de serviço prestado pelo aposentado no cargo (ou função) em que se aposentou para viabilizar a concessão da licença-prêmio.

¹ Despacho publicado no DOE de 16/10/2001



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

93/

13. Com estas considerações, propomos a remessa deste expediente à Unidade Central de Recursos Humanos para ciência e, posteriormente, sua devolução à origem.

ASSESSORIA JURÍDICA DO GOVERNO, 7 de dezembro de 2005.

Maria Christina Tibiriçá Bahbouth
MARIA CHRISTINA TIBIRIÇÁ BAHBOUTH
Procuradora do Estado Assessora

P1695/2005/mc



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

94

PROCESSO Req. de 8/12/2003 (PB-416/2004)
INTERESSADO KAZUE KAWATA
ASSUNTO LICENÇA-PRÊMIO.

O pronunciamento retro reitera o posicionamento expresso no Parecer AJG nº 1120/2004, encartado às fls. 28/34, aprovado, ao fim, pelo Procurador Geral do Estado no despacho de fl. 84.

Sem embargo de minha posição divergente sobre o tema, conforme explicitiei em despacho de fl. 67, ao apreciar o Parecer AJG nº 1010/2005, encaminhem-se os autos à Unidade Central de Recursos Humanos para ciência da diretriz traçada pela Procuradoria Geral do Estado, a ser seguida pela Administração, com posterior devolução à Pasta interessada.

ASSESSORIA JURÍDICA DO GOVERNO, 7 de
dezembro de 2005.

TERESA SERRA DA SILVA
Procuradora do Estado
Assessora Chefe

P1695/2005/JAMR/deb